

DA PROFISSIONALIZAÇÃO À ASCENSÃO DE OUTSIDERS VEREDAS NA CARREIRA POLÍTICA

Mateus da Cunha Santos*

Luciana Panke†

Resumo: O artigo apresenta uma investigação sobre o processo de profissionalização da política ocorrido nos últimos séculos, com ênfase nas transformações que propiciaram o ingresso de novos atores. O ponto de partida é a experiência da *pólis* na Grécia Antiga, passando pela gênese do Estado Moderno, no século XV, pela democratização em escala global iniciada no século XIX, que elevou a política ao status de profissão, culminando no fenômeno contemporâneo da ascensão de *outsiders* eleitorais. Nesse percurso são estabelecidos parâmetros para o reconhecimento do profissional da política, explorados seus mecanismos e motivações para o ingresso na carreira e problematizadas causas e consequências da sua rejeição na sociedade. A pesquisa é predominantemente qualitativa, com uma abordagem histórica e analítica sobre o processo de profissionalização da política. Ainda, faz uso de dados quantitativos para contextualizar o cenário contemporâneo de desconfiança nas instituições políticas e a ascensão de *outsiders* eleitorais, baseando-se em índices globais de confiança (Edelman Trust Barometer, 2023; Pew Research Center, 2023) e em mapeamentos de líderes políticos em democracias realizadas por Santos (2020, 2023). As análises indicaram que a profissionalização política substituiu amadores por uma classe política dedicada, enquanto o estigma associado à corrupção fomentou a ascensão de *outsiders* eleitorais que capitalizam seus conhecimentos técnicos e midiáticos.

Palavras-chave: comunicação política; profissionalização; política; *outsiders*; políticos profissionais.

FROM PROFESSIONALIZATION TO THE RISE OF OUTSIDERS PATHS IN A POLITICAL CAREER

Abstract: The article presents an investigation into the process of political professionalization that has unfolded over the past centuries, with an emphasis on the transformations that have enabled the entry of new actors. The starting point is the experience of the polis in Ancient Greece, followed by the genesis of the Modern State in the 15th century, the global democratization process initiated in the 19th century—which elevated politics to the status of a profession—and culminating in the contemporary phenomenon of the rise of electoral outsiders. Throughout this trajectory, the article establishes parameters for recognizing political professionals, explores their mechanisms and motivations for entering the career, and problematizes the causes and consequences of their rejection by society. The research is

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com bolsa CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral (CEL/UFPR). Contato: mateuscunha90@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6785-4>.

† Pesquisadora e docente no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR, bolsista CNPq. Líder e fundadora do Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral, além de autora de obras como o livro “*Campanhas Eleitorais para Mulheres*”. Contato: @profalucianapanke (Instagram). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2223-898X>.

predominantly qualitative, employing a historical and analytical approach to the process of political professionalization, complemented by quantitative data to contextualize the contemporary scenario of distrust in political institutions and the rise of electoral outsiders. This contextualization draws on global trust indices (Edelman Trust Barometer, 2023; Pew Research Center, 2023) and mappings of political leaders in democracies conducted by Santos (2020, 2023). The analyses indicate that political professionalization has replaced amateurs with a dedicated political class, while the stigma associated with corruption has fostered the emergence of electoral outsiders who capitalize on their technical expertise and media skills.

Keywords: political communication; professionalization; politics, outsiders; professional politicians.

DE LA PROFESIONALIZACIÓN HASTA LA ASCENSIÓN DE OUTSIDERS CAMINOS EN LA CARRERA POLÍTICA

Resumen: El texto presenta una investigación sobre los procesos de profesionalización de la política desde los últimos siglos, enfatizando las transformaciones que generaron nuevos actores. El punto de arranque es la experiencia de la polis griega, hasta el Estado Moderno, en el siglo XV, para la democratización global empezada en el siglo XIX que llevó la política al status profesional, como resultante el fenómeno de los outsiders electorales. En ese camino están establecidos puntos para el reconocimiento profesional de la política, explotados sus mecanismos y motivaciones para el ingreso en la política, así como problematizadas causas y consecuencias de su rechazo social.

Palabras-clave: comunicación política; profesionalización; política; outsiders, políticos profesionales.

1 INTRODUÇÃO

O fazer política ocorre desde tempos imemoriais. As negociações entre sociedades antigas foram fundamentais para a criação de estruturas organizacionais. Desde o período nômade, especialmente quando as pessoas passaram a se estabelecer geograficamente, a política se fez necessária para criar os acordos que favoreceram ou prejudicaram grupos. A disputa por territórios e os respectivos resultados foram delineando os modos de negociação, assim como o andamento da criação de estados ou reinados. Portanto, por essência, política é a arte de conciliação e de resolução de conflitos de interesses.

As pessoas que realizavam o papel de liderança foram as primeiras a desempenhar o ser político. O que surgiu como algo natural da sociedade tornou-se profissionalizado. Perspectivas acerca dos políticos enquanto objeto de estudo são encontradas desde a antiguidade clássica, sendo exemplos tratados pioneiros como “A República”, de Platão, “Política”, de Aristóteles, “Analectos”,

de Confúcio, além de contribuições de Cícero. Nesse período, as análises estavam concentradas nas formas de exercício do poder, nas virtudes e habilidades oratórias que os governantes deveriam possuir. A tradição iniciada por pensadores clássicos foi preponderante até o século XVI, passando por trabalhos icônicos de intelectuais medievais como Nicolau Maquiavel (1469–1527), autor de “O Príncipe”, e Erasmo de Rotterdam (1466–1536), que examinaram as qualidades necessárias para o governante ideal.

No século XVII, a introdução das teorias contratualistas, com destaque para obras de Thomas Hobbes (1588–1679) e John Locke (1632–1704), mais tarde reforçadas por filósofos como Montesquieu (1689–1755) e Jean Jacques Rousseau (1712–1778), deslocaram o centro das atenções para as leis que originariam as instituições. A figura individual do político como objeto de estudo ficou, portanto, em segundo plano.

As revoluções liberais eclodidas no século XIX mantiveram esse quadro, só que com uma mudança fundamental: o foco passou das instituições para as disputas de poder entre classes sociais, com destacada importância para o papel de partidos políticos e sindicatos. Nota-se que o aspecto individual permaneceu relegado ao coletivo, e um indício disso é que, em toda sua extensa obra, Karl Marx (1818–1883) dedicou poucas dezenas de páginas para a construção do perfil individual de Luís Napoleão Bonaparte (1808–1873).

Foi na primeira metade do século XX, através de cientistas como Max Weber (1864–1920), que o papel individual dos políticos voltou a ser objeto de estudo. Não obstante, conforme apontado por Alcántara (2016), as análises voltadas às instituições têm sido predominantes no âmbito da Ciência Política.

Nessa perspectiva, este trabalho aborda uma dimensão pouco explorada na literatura acadêmica, a saber, o processo histórico de profissionalização responsável que levou ao surgimento de uma classe política institucionalizada, com destaque para o papel dos indivíduos que desempenham a política como uma atividade profissional nos sistemas democráticos, regendo, em grande medida, os destinos da humanidade.

Essa abordagem se mostra pertinente diante do cenário de crise da democracia liberal (Castells, 2018), marcada pelo recente ocaso da figura do profissional da política, que abriu espaço para a ascensão de novos atores no cenário político. Com efeito, empresários, advogados, professores e até mesmo

comediantes de sucesso têm se aventurado na política e conquistado diversos cargos políticos significativos ao redor do mundo, trazendo consigo uma série de consequências para as democracias contemporâneas.

A estrutura do artigo está dividida nas seguintes partes: inicia-se com uma contextualização do processo de profissionalização da política, passa por uma discussão teórica sobre a profissão política e culmina na questão da ascensão de outsiders.

2 GÊNESE E PROFISSIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A política, enquanto objeto de estudo e reflexão, passou a ser analisada no modelo democrático da pólis, adotado pelas cidades-estados da Grécia Antiga por volta de 500 a.C. Derivado do adjetivo politikós, originado de pólis, o termo “política” foi criado para se referir a tudo que estava relacionado à organização da vida em comunidade na pólis. Sua disseminação deve-se, em grande parte, à obra “Política”, de Aristóteles, considerada como “o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1999, p. 954).

A obra complementa logicamente “Ética a Nicômaco” (Aristóteles, 2013), uma vez que concretiza sua filosofia da natureza humana. Enquanto esta se ocupa do conhecimento do ser humano e de sua conduta prática, aquela examina as formas de governo e as constituições mais adequadas para a vida na *pólis*. Para o filósofo grego, a política diz respeito ao coletivo e representa a outra face da ética, que se refere ao indivíduo. Ambas têm a mesma função prática: garantir a felicidade, considerada a finalidade máxima da existência humana.

Em “Política”, Aristóteles (1997, p. 16) introduziu o célebre conceito do homem como um animal político por natureza (*zoon politikon*), o que significa dizer que “existe naturalmente em todos os homens um impulso natural para viver em comunidade”. No entanto, conforme evidenciado por Arendt (2002, p. 46), isso não significa que

[...] todos os homens fossem políticos ou que a política, ou seja, uma polis, houvesse em toda a parte onde viviam homens. De sua definição estavam excluídos não apenas os escravos, mas também os bárbaros asiáticos, reinos de governo despótico de cuja qualidade humana não duvidava de maneira alguma.

Nessa perspectiva, a filósofa alemã sublinha que o conceito simplesmente indica que a possibilidade de viver numa pólis é uma característica intrínseca ao ser humano e que, para Aristóteles, essa era a forma mais elevada de convívio social.

O que tornava a pólis diferente das demais formas de convívio humano era a liberdade inata ao modelo, marcada sobretudo pela supervalorização do discurso como forma de convencimento mútuo. A experiência da pólis demonstrou que não havia sentido em resolver todas as questões pela força ou violência. Na verdade, forçar alguém a agir de determinada forma era considerado um meio pré-político de lidar com as pessoas, característico da vida em família e de comunidades bárbaras (Arendt, 2007). Foi justamente nesse contexto que a civilização grega emergiu como berço da democracia no mundo, demonstrando, desde então, que “a política trata da convivência entre diferentes” (Arendt, 2002, p. 21).

Com o desenrolar da história, o modelo pioneiro da pólis grega eventualmente se dissipou, mas o termo “política” se expandiu mediante uma transposição de significado, sendo usado “[...] durante séculos para designar obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1999, p. 954).

Entre os séculos XIV e XV, na Europa, iniciou-se um processo de transição do feudalismo, sistema caracterizado pela descentralização do poder – exercido em grande parte por uma minoria aristocrata (senhores feudais) –, para o capitalismo mercantil, marcado pela ascensão da burguesia. Com o crescimento exponencial do comércio, essa nova classe social reivindicou a unificação de leis, impostos e moeda, sob a égide de um governo estável. O clamor resultou na centralização do poder político na figura do monarca. Essa transformação impulsionou a gênese do Estado Moderno, cuja primeira configuração foi a monarquia absolutista, predominante no mundo ocidental até meados do século XIX.

Nesse período, a política era uma atividade exclusiva da realeza, com o apoio de camadas sociais como “os clérigos, os literatos com formação humanística, a nobreza cortesã, a pequena nobreza, assim como os rentistas das cidades e os juristas universitários” (Alcántara, 2016, p. 154). Somente com as revoluções liberais do fim do século XVIII, inspiradas pelos ideais iluministas, a aristocracia perdeu o monopólio do poder político, favorecendo a ascensão

da burguesia como peça-chave do tabuleiro do jogo político. Com isso, novos proprietários de terras, comerciantes e empresários do recém-instaurado mundo industrializado passaram a atuar ativamente na política, contribuindo para o surgimento de uma *classe política* (Alcántara, 2016).

Se inicialmente essa classe consistiu em um monopólio de representantes da burguesia, atendendo às demandas de um estado constitucionalista liberal, a expansão do sufrágio, a estruturação de partidos políticos institucionalizados (sobretudo os de caráter operário) e a mobilização sindical abriram espaço para a participação de camadas sociais tradicionalmente excluídas da política (Alcántara, 2016). A política emergente do século XIX foi deslocada, assim, do plano individual para o coletivo, inaugurando uma dinâmica de conflito permanente pelo poder entre diferentes grupos sociais.

Como fator adicional, a democratização experienciada em escala global exigiu o estabelecimento de uma série de procedimentos e competências necessários para a manutenção da estrutura burocrática e legal do Estado, lançando as bases para o processo de profissionalização da política.

Em um primeiro momento, aqueles que ingressavam na política o faziam como uma profissão paralela não remunerada. No fim do século XIX, conforme relatado por Alcántara (2016), em países europeus, muito poucos exerciam a política efetivamente por dinheiro. Na realidade, um pequeno grupo almejava obter algum cargo público, mas a maior parte da população tinha a expectativa de que a política poderia abrir portas no mundo dos negócios. Já nos Estados Unidos, a maior parte dos cidadãos precisava trabalhar para viver, e a restante preferia se dedicar a atividades como a filantropia, a arte e as letras. Com isso, os cargos políticos normalmente eram ocupados por advogados, que já estavam acostumados a representar interesses e fazer a mediação entre cidadãos.

No decorrer do século XX, com o avanço da democratização, foram criadas “[...] exigências de tempo e, por conseguinte, a dedicação exclusiva à atividade política gerou a necessidade de contar com rendimentos derivados da política” (Alcántara, 2016, p. 168). Nasceu, assim, a figura que representa a concepção

vigente de político profissional¹, isto é, aquele que dedica o seu tempo integral a serviço da política e é remunerado pelo seu trabalho.

No Reino Unido, King (1981) constatou que, na década de 1960, muitos parlamentares começaram a enxergar a política como uma ocupação de tempo integral. Embora a maioria dos cargos de alta expressão fossem rotineiramente ocupados por políticos de carreira, uma parcela significativa deles era ainda ocupada por pessoas sem trajetória política profissional. Nas décadas de 1930 e 1940, os gabinetes britânicos sempre contavam com alguns indivíduos que tinham pouco ou nenhum interesse na política como carreira, os gabinetes da década de 1970 foram formados quase exclusivamente por políticos altamente comprometidos com a profissão. Em solo estadunidense, nesse mesmo período, políticos que exerciam a atividade política em meio expediente e sem ambição de reeleição foram substituídos por profissionais dedicados integralmente à política, consolidando “o modelo do profissional da política” (Alcántara, 2016, p. 94). Nesse quadro foi se constituindo a figura do político de carreira.

A entrada e a permanência na política para aqueles que desejavam fazer carreira passaram a depender de processos eleitorais competitivos, levando à profissionalização das campanhas eleitorais. Esse cenário foi marcado, sobretudo, pela chegada de consultores e especialistas de marketing incumbidos da missão de implementar técnicas e estratégias voltadas à captura de votos (Norris, 2000).

Por sua vez, os partidos políticos consolidaram o monopólio do capital político, operando como bancos de influência, em que seus líderes eram como se fossem um banqueiro: controlavam e distribuíam o acesso ao capital político entre os membros do partido (Bourdieu, 2011). Dessa forma, políticos profissionais, com carreiras integralmente dedicadas à política, passaram a predominar nos parlamentos e gabinetes.

¹ A rigor, de acordo com Weber (2015), as primeiras categorias de políticos profissionais surgiram no contexto das disputas entre príncipes e estamentos na Idade Medieval, que culminaram na desapropriação paulatina de produtores autônomos. Esses protótipos de políticos profissionais não queriam ser eles mesmos os senhores, mas se colocavam a serviço dos interesses dos príncipes, a exemplo de clérigos, literatos com formação humanística, nobres da corte, juristas formados em universidades, integrantes da baixa nobreza e pensionistas municipais.

3 A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO E PROFISSÃO

De acordo com o sociólogo alemão Max Weber, o advento da modernidade está diretamente ligado a uma ideia específica oriunda da Reforma Protestante, a de vocação. Na obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber (2013) assegura que, em nenhum outro povo, existiu uma palavra como “vocação”, a exemplo do termo alemão *beruf*, alcunhado pelo reformador alemão Martinho Lutero (1483–1546), no sentido de um objetivo de vida, de um campo definido sobre o qual trabalhar, como o que passou a existir entre os povos predominantemente protestantes. No seio do Luteranismo, reside o entendimento de que o cumprimento do dever vocacional “expressa a vontade de Deus, e, desse modo, toda profissão legítima possui o mesmo valor diante de Deus” (Weber, 2013, p. 87). A noção de vocação foi revolucionária porque, diferentemente da matriz de pensamento até então hegemônica (católica), o trabalho não era concebido como um sacrifício, mas como uma espécie de chamado de vida que confere sentido à existência do indivíduo, firmando-se como um componente central da sua identidade.

Pela perspectiva de quem vive no século XXI, a ideia de vocação pode parecer banal, pois existe a expectativa de que todo indivíduo tenha uma profissão em sua vida adulta. No entanto, o fato é que a relação do ser humano com o trabalho evoluiu muito ao longo dos séculos, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo moderno, o aprimoramento do conhecimento e o progresso da sociedade como um todo. Nesse processo, merece destaque a popularização da Universidade entre os séculos XIX e XX, que “[...] acrescentou um novo selo de competência para certificar a adequação a uma nova gama de profissões que se tornavam cada vez mais plebeias” (Alcántara, 2016, p. 151). Por sua vez, coube ao Estado, em conjunto com associações profissionais, o papel de regulamentar as profissões, estabelecendo formas de acesso, códigos éticos e padrões de boas práticas.

Na política, porém, esses procedimentos não foram aplicados como nas demais profissões. Isso ocorre, sobretudo, porque não foi instituído um curso acadêmico de formação de políticos, mas também porque o mecanismo de entrada designado foi o processo eleitoral, condições essas que possibilitam que qualquer cidadão maior de idade ingresse na política – desde que nomeado ou eleito por voto popular – e aprenda a profissão na prática.

A conjuntura delineada implica diretamente a questão das disposições assumidas pelos indivíduos que ingressam na política. Na palestra “Política como Vocação”, Max Weber (2015, p. 72) expôs duas formas de um indivíduo fazer da política a sua profissão: vivendo para a política ou da política. A distinção se concentra no aspecto econômico: vive para a política quem constrói a sua vida, no sentido interior, a partir da política, e tem uma condição financeira suficiente para não depender dos rendimentos obtidos na atividade, enquanto vive da política quem aspira a fazer da profissão uma fonte sustentável de renda. Por esse viés, poderiam se reconhecer dois tipos de políticos, os vocacionais e os profissionais, mas cabe esclarecer que a divisão proposta pelo autor não é rígida e exclusiva, pois, com frequência, ocorre uma sobreposição entre os tipos.

Para além da vocação, há, portanto, outro fator subjetivo que move o político: a ambição: “Quem faz política aspira ao poder; ao poder como meio para a consecução de outros fins (ideais ou egoístas) ou ao poder pelo ‘poder’, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere” (Weber, 2015, p. 63). Embora comumente tenha uma conotação pejorativa que remeta à fome de poder e ao enriquecimento, a ambição na política também pode estar associada a valores desejáveis para a profissão, como o altruísmo manifestado no desejo de servir e transformar as vidas das pessoas. De qualquer modo, independentemente da forma que assume, poderia se dizer que a ambição é o principal motivo pelo qual alguém entra na política (Alcántara, 2016).

Com isso, alcança-se uma importante questão: quem pode receber, afinal, a alcunha de político? Ora, certamente representantes eleitos por voto popular, mas ela também pode ser estendida a “altos cargos de livre designação ou de confiança da administração do Estado ou de órgãos dependentes ou autônomos do Estado, cargos de responsabilidade orgânica e de assessoria no interior dos partidos políticos ou formações políticas de representação similares” (Alcántara, 2016, p. 95). A designação não se limita, contudo, à vigência dos cargos ocupados, pois deixaria de fora políticos formalmente afastados da política, mas que ainda acumulam capital político e exercem influência no campo, como ex-presidentes.

Manuel Alcántara (2016, p. 22, grifo nosso) expande essa noção ao estabelecer que um político profissional é

alguém que está na política graças a um processo eletivo ou de designação por parte de outros que foram eleitos ou que trabalha em órgãos políticos, como os partidos ou outros semelhantes. Possui uma vocação que o leva a querer atuar na vida pública com a intenção de que sua ação seja transformadora ou defensora do status quo. Recebe certa remuneração que tende a cobrir seus gastos vitais e sua carga de trabalho costuma ser em período integral. Possui conhecimentos úteis para o desempenho de seu trabalho, que provém de uma formação específica e do acúmulo de experiência e, finalmente, desenvolve uma carreira mais ou menos longa.

De antemão, convém reparar que há uma diferença substancial entre as concepções de Alcántara (2016) e Weber (2015). Enquanto o primeiro situa a vocação como atributo inerente do político profissional, o segundo reconhece que há duas formas de fazer da política uma profissão, mas abre margens para a interpretação de que não necessariamente todo político profissional tem, de fato, vocação para a política. No conceito de Alcántara (2016), outros três elementos formam parâmetros para a constituição de um político profissional: dedicação, remuneração e experiência. Idealmente, o arquétipo do político profissional seria marcado pela dedicação em tempo integral à política, mas essa condição nem sempre condiz com a realidade. Situação semelhante ocorre com a experiência, elemento, por vezes, de difícil apreensão, já que haveria de se indagar quanto tempo é suficiente para que um político seja considerado experiente. Por outro lado, o autor sustenta que o critério mínimo para definir o político profissional consiste no recebimento de uma remuneração regular pelo seu trabalho, condição essa que parece ser um fundamento razoável.

A problemática exposta desperta uma questão elementar: todo político profissional é, também, um político de carreira? Em última análise, a noção de carreira implica um comprometimento de longo prazo com uma determinada atividade profissional. Nesse sentido, poderíamos auferir que político profissional e político de carreira representam duas realidades interligadas. Porém, isso não significa que tais políticos são necessariamente carreiristas, pelo menos no sentido de pessoas dispostas a ascender na profissão a qualquer custo, mesmo que tenham de recorrer a métodos espúrios.

Foi justamente o conjunto de más práticas presentes na conduta de carreiristas um dos principais fatores que contribuiu para um declínio progressivo da confiança na instância governamental. Nessa linha, sem negligenciar o devido

papel de fatores externos, Orren (1997, p. 93, tradução nossa) argumenta que a perda de fé no governo

decorre tanto das ações daqueles que dirigem o navio do Estado como dos mares agitados em que o navio navega. Não se pode explicar o cinismo político sem uma avaliação cuidadosa do desempenho, das políticas e da probidade dos funcionários do governo.

No ano de 2023, em sua 23^a edição, o índice global Edelman Trust Barometer revelou que, assim como nas edições anteriores, o governo foi considerado pelos cidadãos como a instituição menos confiável, e os governantes foram avaliados com um índice de confiança de 41%, muito abaixo de cientistas, que lideram a lista com 76% (Edelman, 2023). A título de ilustração, nos Estados Unidos, a década de 1960 marcou o início de uma queda vertiginosa do índice de confiança no governo federal, partindo de uma média de 73% em 1958 para 16% em 2023 (Pew Research Center, 2023). A desconfiança generalizada se reflete, ainda, na crescente polarização política presenciada em muitos países, evidenciando um cenário de crise política sem precedentes.

Na tentativa de compreender as causas da insatisfação crônica dos cidadãos com seus governos após seis décadas de progressiva expansão da democracia, Susan Pharr e Robert Putnam (2000) lideraram uma equipe de cientistas políticos que coletaram e analisaram dados referentes a países da América do Norte, Europa Ocidental e Japão, concluindo que a origem da aversão à atividade política não seria resultado de um tecido social desgastado, da insegurança econômica, do fim da Guerra Fria ou mesmo de um estado de cinismo público. Com efeito, os dados apontaram que a desilusão da população acerca de seus líderes e instituições democráticas teria como causas a diminuição da capacidade dos governos de agir em um mundo interdependente e um declínio no desempenho institucional, em combinação com novas expectativas públicas e usos da informação que alteraram os critérios pelos quais as pessoas julgam seus governos.

Por sua vez, estudos empíricos mais recentes conduzidos por pesquisadores como Anderson e Tverdova (2003), Morris e Klesner (2010) e Uslaner (2008, 2012, 2018) têm evidenciado uma relação entre desconfiança no governo e corrupção. Nessa linha de raciocínio, Blind (2006, p. 11, tradução nossa) assevera que “a corrupção surge como um dos fatores políticos mais importantes que contribuem para o declínio dos níveis de confiança no governo, tanto no mundo

desenvolvido como no mundo em desenvolvimento”. Por esse viés, poderia se dizer que os maus políticos carregam parcela considerável de culpa pela baixa credibilidade da classe política diante da população.

De acordo com Orren (1997), a confiança na política está intimamente correlacionada com a percepção do público da ética e da moralidade dos líderes das instituições governamentais. Nessa senda, não se pode ignorar a atuação de atores midiáticos ao transformarem acontecimentos políticos em legítimos espetáculos. Sobre essa questão, o autor observou que, na segunda metade do século XX, a cobertura da imprensa passou a dar muito maior destaque para os políticos e seus conflitos do que para as ações governamentais em si, noticiando acontecimentos políticos na forma de melodramas com heróis, vilões e tramas subjacentes, sendo os líderes políticos raramente representados como heróis. Por sua vez, Charaudeau (2015, p. 294) destaca que “o dizer das mídias deixou o que deveria ser um discurso da constatação, da informação, do testemunho e passou a uma denúncia generalizada”, ao passo que Courtine (2006, p. 143) afirma que “a orquestração dos escândalos encoraja o cinismo da opinião e preside o desenvolvimento de uma cultura da desconfiança em relação às pessoas públicas”.

Nesse processo, convém frisar que o espraiamento das leis de Acesso à Informação, entre o final do século XX e o início do século XXI – atualmente em vigor em mais de 80 países – teve como sequela o agravamento do quadro, na medida em que a maior transparência das ações governamentais facilitou o trabalho investigativo por parte de jornalistas, sujeitando os políticos a um maior e constante escrutínio por parte da sociedade civil (Berliner, 2014).

Desde então, ao menos na esfera do senso comum, os diagnósticos dos problemas têm sido centrados nos políticos, muitas vezes exclusivamente imputados da culpa pelos problemas da sociedade. Sob esse prisma, Alcántara (2016, p. 174) comenta que “há uma moda evidente e reiterativa de satanizar os políticos em geral”. De acordo com o autor, o processo de profissionalização da política teve como sequela o antagonismo contraído em virtude do aspecto negativo da profissão, como escândalos de corrupção, enriquecimentos ilícitos, abusos de poder, comportamentos hipócritas e descumprimento de promessas eleitorais, que foram deslocados para o centro das atenções da agenda pública.

Também contribuiu para o agravamento desse cenário o fenômeno de personalização da política, que aponta para a realidade de que “as personalidades

dos políticos e questões íntimas de suas vidas particulares passaram a receber maior importância do que os seus partidos ou ideologias” (Santos, 2020). O desenvolvimento progressivo dos meios de comunicação de massa, com destaque para a televisão, permitiu a entrada de aspectos como o corpo e a voz do político nos lares das pessoas, tendo um papel fundamental para a crescente personalização da política, trazendo para o centro da atenção componentes subjetivos que privilegiam o afeto e a imagem do político. No ano de 1960, após assistir as convenções democrata e republicana nos EUA, a filósofa política Hannah Arendt já havia evidenciado o efeito personalizador da televisão, comentando que “a tela traz à tona aqueles imponderáveis de caráter e personalidade que nos fazem decidir, não se concordamos ou discordamos de alguém, mas se podemos confiar nele” (Scott, 1996, tradução nossa).

Na perspectiva de Bernard Manin (1995), a televisão emula a natureza da relação que caracterizou a primeira forma de governo representativo, na qual os representantes parlamentares mantinham uma relação face a face com seus eleitores. Com efeito, os políticos alcançaram a possibilidade de se comunicarem diretamente com a população, sem necessariamente dependerem da mediação de seus partidos políticos.

Diante dessa condição, também não se pode ignorar o fato de que, sobretudo em tempo de campanha eleitoral, os próprios políticos atacam e destroem a credibilidade uns dos outros, disseminando mensagens negativas que fomentam a polarização e, em última instância, contribuem para a consolidação de uma cultura de desconfiança na política. Por esse motivo, Orren (1997) chega a questionar o que agrava mais o nível de desconfiança: a difamação por parte da imprensa ou dos próprios políticos?

Sob a égide da personalização, as ideias ficam em segundo plano, conferindo protagonismo à *performance*, através do que Sodré (2006) denomina *estratégias sensíveis*, em que mais importante do que fazer *pensar* é fazer *sentir*. Charaudeau (2015) complementa essa linha de raciocínio ao postular que o discurso político foi progressivamente deslocado da objetividade do *logos* (razão), caracterizado pela apresentação de argumentos lógicos e coerentes, em favor das subjetividades inerentes do *ethos* e do *pathos*, marcados pela oferta de imagens e sentimentos com grande potencial de sedução.

A tese da transição de uma política de ideias para uma política de imagens é compartilhada por autores como John Thompson (2008). No entendimento do

sociólogo britânico, na metade do século XX, ocorreu a passagem de uma política ideológica para uma política da confiança, caracterizada pela constatação de que “as pessoas estão mais preocupadas com o caráter dos indivíduos que são (ou que podem vir a ser) seus líderes e estão ainda mais preocupadas com a confiabilidade deles” (Thompson, 2008, p. 34). Com isso, a confiabilidade do político passou a depender em grande escala da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, que seria levada ainda a outro patamar com a emergência da internet e das redes sociais digitais, no século XXI.

Na concepção de Manin (1995, p. 1), essa transição resgatou a centralidade da confiança pessoal que caracterizou a primeira forma de governo representativo, outrora ofuscada com a ascensão dos partidos de massa no século XIX, que deslocou a representação em direção a “uma forte e estável relação de confiança entre o eleitorado e os partidos políticos”. Nesse quadro, os cidadãos passaram a votar não mais em alguém que conheciam pessoalmente e depositavam sua confiança, mas em candidatos que pertenciam a partidos com os quais se identificavam. Com o eventual desgaste desse sistema, porém, “cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido” (Manin, 1995, p. 13).

A personalização da política também apresenta uma variável que não pode ser negligenciada, que é a forma de governo adotada pelo Estado-Nação em questão. Diferentemente de sistemas parlamentaristas, o presidencialismo favorece a personalização, visto que exige dos eleitores que estes escolham candidatos, e não partidos (McAllister, 1996, 2007). Não é surpresa, assim, que os holofotes estejam voltados para as personalidades dos políticos e, consequentemente, para seus defeitos e qualidades. A questão acaba se desenvolvendo para os populismos que ecoam a lógica do espetáculo.

A política é, por natureza, um espaço de conflito, mas o que ficou evidente na combinação candente entre personalização e espetacularização da política foi a ênfase no confronto dramatizado entre personagens. Nesse quadro, uma cultura de desconfiança em relação aos profissionais da política foi sendo sistematicamente engendrada, abrindo espaço para a ascensão de pessoas de fora do circuito político que prometem mudanças radicais.

4 A ASCENSÃO DE *OUTSIDERS* NA POLÍTICA

Dada a situação de descrédito enfrentada pela classe política, nos últimos anos, pessoas com carreiras consolidadas em áreas como entretenimento, empreendedorismo, educação e esporte têm se aventurado na política, assumindo cargos significativos em diversos países. Após a realização de um mapeamento de presidentes e primeiros-ministros em exercício entre 2001 e 2019 em 114 países considerados como democráticos pelo Democracy Index 2018, Santos (2020, 2023) identificou 38 presidentes (14,3% do total) e 10 primeiros-ministros (3,5% do total) que ingressaram na política como *outsiders*, isto é, como pessoas com carreiras consolidadas em certas atividades profissionais que se afastaram de seus ofícios para assumirem cargos políticos (eletivos ou não). Uma análise apurada revelou, ainda, que, entre 2011 e 2019, o número quase dobrou (40%) em comparação com o período de 2001 a 2010, sendo que 2019 foi o ano que registrou o maior número (6).

Os dados também evidenciaram que a maior parte (10) é formada por juristas (incluindo juízes, promotores, advogados e ministros) e empresários (9), seguidos por professores (8), militares (6), economistas (4), jornalistas (2), médicos (2), cientistas (2), comediantes (2), bancário (1), músico (1) e padre (1). Nomes de destaque incluem Donald Trump, empresário e apresentador de televisão que, em 2017, foi empossado como presidente dos EUA; Giuseppe Conte, jurista que, em 2018, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro da Itália; e Volodymyr Zelensky, comediante eleito presidente da Ucrânia em 2019.

Nesses casos, trata-se de pessoas que chegaram ao topo da hierarquia política sem experiência prévia na profissão, mas, se o escopo do levantamento fosse ampliado para cargos de menor expressão, como os de governador, senador e deputado, os resultados poderiam ser ainda mais significativos. Em função disso, o pesquisador se questionou se o ingresso de *outsiders* na política deveria ser tratado como uma tendência internacional ou como uma exceção relacionada a um momento histórico de baixa credibilidade dos políticos profissionais, concluindo que, de qualquer forma, a ascensão de *outsiders* na política é um fenômeno emergente que merece maior aprofundamento teórico e empírico.

No centro da discussão da ascensão de *outsiders* na política reside uma questão fundamental: qual a razão do seu sucesso? Ora, para saber, ao certo, precisariam ser analisadas as trajetórias de cada indivíduo, além do contexto

político, econômico e social do país em questão, o funcionamento do sistema eleitoral, entre outras variáveis. Contudo, essa condição não impede uma construção teórica partindo de conhecimentos transversais.

Para além do devido peso da problemática do desgaste da figura do político profissional, há de se considerar quais os mecanismos de entrada e permanência no poder político. Nessa senda, Alcántara (2016, p. 146, grifo nosso) assevera que qualquer indivíduo que entra na política já possui, de antemão, um capital que pode proceder de cinco fontes não excludentes entre si:

a **primeira** é estritamente **política** e derivada do processo de investidura que é fruto da vinculação com uma formação política concreta cujo interesse fundamental consiste em recrutar pessoal para seus fins; a **segunda** provém do nível de formação adquirida e eventualmente complementada com alguma experiência profissional em contexto trabalhista que termina dotando-o de uma perícia técnica que lhe abre as portas do mundo da política por sua funcionalidade; a **terceira** é derivada da posse de grande popularidade proveniente da prática de uma atividade que tem uma ampla exposição social, como no caso dos artistas, esportistas ou comunicadores sociais, cuja imagem é um chamariz eficaz para a captação de votos; a **quarta procede** do legado **familiar** como consequência de pertencer a uma família com antecedentes e experiência na vida política que fornecem ao candidato símbolos, contatos e redes; e a **última** é derivada da posse de renda **econômica** suficiente que lhe permite enfrentar os custos de entrada, principalmente os da campanha eleitoral.

Com base nessa formulação, podem ser reconhecidos cinco tipos de capital: político, técnico, popular, familiar e econômico. Entre eles, apenas dois são cultivados exclusivamente por profissionais da política: o político, visto que requer a experiência no exercício formal da atividade; e o familiar, que pressupõe relações de parentesco com políticos. Por outro lado, os outros três tipos de capital favorecem em grande medida o ingresso de pessoas com carreiras de sucesso fora do âmbito da política. Com efeito, o capital técnico se volta para uma competência reconhecida como extraordinária de um sujeito em determinada atividade profissional, habilitando-o para o exercício de um cargo político, amiúde alocado como secretário ou ministro, mas também podendo concorrer para qualquer eleição. Por sua vez, o capital popular, que poderia ser tratado quase como um sinônimo de capital midiático (já que na atualidade a popularidade está fortemente ligada à exposição midiática), converte o

prestígio de celebridades em votos nas urnas. Já o capital econômico expõe a realidade evidente de que o dinheiro é uma eficiente porta de entrada para a política, não sendo raros os casos de candidatos que financiam as suas próprias campanhas eleitorais.

Se retomarmos os casos dos *outsiders* Donald Trump, Volodymyr Zelensky e Giuseppe Conte, pode ser observado o papel desempenhado por cada um desses capitais na sua ascensão ao poder. No caso dos primeiros, trata-se de personagens recorrentes nas programações de emissoras televisivas de seus respectivos países, ao passo que Trump tem uma fortuna estimada em 4,5 bilhões de dólares e Zelensky é milionário. Em trajetória distinta, apesar de não concentrar esses tipos de capital, Giuseppe Conte ascendeu à liderança do governo italiano sobretudo em virtude de sua qualificação técnica como jurista em um momento de instabilidade política.

Também chamam a atenção as diferentes abordagens quanto ao quesito envolvimento institucional. Trump concorreu por um partido político tradicional, Zelensky criou o seu próprio partido e Conte ingressou na política como um político independente. Essa realidade aponta para os distintos mecanismos de entrada que se colocam à disposição de outsiders em processos eleitorais. A opção pela filiação em partidos tradicionais oferece maior estrutura política de suporte à candidatura, contudo enfraquece o uso de um eventual discurso antissistêmico ou antipolítico que parece ter um apelo substancial perante eleitores que nutrem um desprezo pela classe política. Já a criação de partidos *ad hoc* não enfrenta esse problema, mas exige uma série de competências e esforços para a obtenção do que partidos tradicionais têm de sobra: estrutura política e econômica. Por sua vez, a candidatura independente (quando o sistema eleitoral permite) viabiliza o maior potencial em termos de retórica (a pretensa autonomia em relação aos demais atores políticos), mas carece de estrutura de apoio e muitas vezes acaba exigindo o financiamento da própria campanha.

Nota-se, portanto, que o acúmulo de capitais não oriundos da política *per se* permite que um indivíduo pule etapas dentro da atividade política, a ponto de já iniciar sua carreira em cargos, como os de presidente e primeiro-ministro. Afinal, via de regra, políticos profissionais entram na política

através da socialização na vida partidária que os leva a continuar na carreira mais ou menos canônica projetada pelo partido, passando por diferentes

degraus; ou então são cooptados, quer pelo partido quer por um líder com trajetória própria, para ocupar determinados cargos, pulando, nesse caso, as etapas anteriores (Alcântara, 2016, p. 147).

Em contrapartida, o acesso facilitado não é garantia de alta performance. Isso porque sobreviver no jogo político requer mais do que boa vontade. Antes, exige um conhecimento das regras do jogo, uma série de competências técnicas e jurídicas e, sobretudo, “nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo” (Bourdieu, 1989, p. 172). Entre as habilidades requisitadas, Alcântara (2016, p. 141) resalta “a negociação e o debate, a gestão de crises ou de situações de conflito, a comunicação e o trato com a opinião pública, a gestão de recursos humanos e a posse de uma visão estratégica”. Também é digno de nota o desenvolvimento de técnicas de comunicação específicas e media training aprendidas sob a supervisão de profissionais especializados, incluindo a tradicional “língua de madeira” do político (Charaudeau, 2015). Um diferencial adicional tem a ver, ainda, com a cadeia de conexões que políticos profissionais costumam costurar ao longo de suas carreiras, garantindo a realização de parcerias e trocas de favores.

Questões dessa ordem evidenciam que a experiência na política pode ser até mais preciosa do que em outras profissões. Na realidade, a inexperience política só se configura como um atributo desejável no âmbito eleitoral, considerando a aversão à figura do político profissional arraigada em nossa sociedade, constituindo um interessante paradoxo.

A discriminação é tamanha que muitos políticos “mostram um efeito reativo que os faz negar qualquer tipo de ambição, chegando inclusive a demonizá-la” (Alcântara, 2016, p. 109). Por outro lado, candidatos que concorrem como outsiders tendem a recorrer ao estigma dos políticos profissionais para se apresentarem como mais confiáveis para exercerem cargos políticos. Chegam, inclusive, a negar veementemente o rótulo de “político”, mesmo após tomarem posse de cargos políticos, ainda que atuem em tempo integral na atividade e recebam uma remuneração por isso. A título de ilustração, na sua campanha de reeleição, em 2020, Donald Trump não hesitou em repetir incansavelmente que não é um político, conforme demonstra trecho de um discurso em comício: “Vocês elegeram um outsider como presidente que finalmente colocou a América em primeiro lugar. E se eu não sou como um típico político de Washington,

é porque não sou um político” . No Brasil, um caso emblemático foi o do empresário João Doria, que, em 2016, foi eleito prefeito de São Paulo após a realização de uma campanha marcada pelo repúdio à figura do político. Em entrevista ao telejornal Café com Jornal (Band, 2018) no dia 19 de março de 2018, pouco depois de renunciar ao cargo de prefeito, para concorrer na eleição para governador de São Paulo, Doria fez questão de reforçar: “Eu não sou político, eu estou na política. Respeito, evidentemente, os políticos, mas sou um administrador, e é exatamente isso que eu pretendo fazer no governo do estado”. Acerca desse personagem, é importante frisar que mesmo se vendendo como outsider, foi secretário municipal e esteve na política em vários momentos antes de se candidatar. O que ocorreu foi um apagamento da experiência do passado com o destaque para o papel do “não político”.

Apesar de todos os problemas associados à classe política, os políticos profissionais representam uma condição *sine que non* para o funcionamento salutar dos pilares que sustentam sociedades democráticas. Nessa perspectiva, convém concordar de Alcántara (2016, p. 21), quando afirma que “o repúdio do político profissional, com todos os defeitos que este possa ter, é uma alternativa muito pior para a saúde do sistema democrático”.

No caso do ingresso de outsiders em cargos presidenciais, há evidências que corroboram essa assertiva. Com uma abordagem que combinou análises quantitativa e qualitativa, Carreras (2014) investigou a ascensão de presidentes “outsiders” na América Latina entre 1980 e 2010 e mostrou que, devido aos seus estilos personalistas de fazerem política, falta de interlocução com o parlamento e composição de gabinetes formados por contatos pessoais com pouca ou nenhuma experiência de administração pública, “outsiders” são mais propensos a ameaçarem a governabilidade democrática e a cometerem excessos autoritários. Já Bonilla e Cornejo (2015) examinaram as eleições presidenciais peruanas de 2001, 2006 e 2011 concluindo que, embora o discurso “outsider” seja eficiente para conquistar o eleitor, estimula o oportunismo político, a deterioração da ideologia partidária e do quadro institucional, além de um eventual desgaste de governabilidade. Portanto, há de se questionar a pertinência de se entregar cargos de tamanha importância para indivíduos sem experiência, sobretudo porque não se sabe o que esperar de seus governos.

Por esse motivo, a ascensão de outsiders na política requer um exercício dialético inevitável que reconhece que a política não é local exclusivo da

ordem estabelecida, havendo espaço para a entrada de pessoas que construíram carreiras bem-sucedidas em outras atividades profissionais e demonstram a concupiscência genuína de aprender a profissão e transformar a realidade social, porém não a custo do sacrifício da política enquanto profissão, cuja importância é atestada pela própria história da democratização no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissionalização da política eclodiu no século XX como um fenômeno inevitável diante da complexificação dos sistemas democráticos no mundo e da necessidade de dedicação integral à gestão pública. A substituição de políticos de meio período por profissionais da política, os políticos de tempo integral, redefiniu o exercício do poder e trouxe consigo tanto benefícios quanto desafios. Se, por um lado, a profissionalização permitiu maior especialização e eficiência na administração pública, por outro, intensificou a desconfiança popular em relação aos políticos, alimentada pela exposição midiática generalizada de casos de corrupção, de abusos de poder, de decisões controversas, entre outras más práticas associadas à classe política, o que aumentou o distanciamento entre representantes e representados. A tensão entre vocação e ambição, dois elementos subjetivos que fomentam o ingresso na profissão, revela-se um dos aspectos centrais desse fenômeno. Enquanto a política pode ser vista como um chamado de vida ao serviço público, alimentado pelo desejo genuíno de servir às pessoas, a busca pelo poder frequentemente desperta desconfiança e críticas, fazendo com que esses protagonistas sejam frequentemente transformados em objetos de ódio.

Nesse cenário, a figura do político profissional tem impulsionado a ascensão de outsiders na política, que, valendo-se do repúdio ao establishment político, conseguem transformar sua inexperiência em capital eleitoral pela conversão de capital midiático em votos. No entanto, a realidade governamental tem demonstrado que o jogo da política exige uma série de conhecimentos e habilidades específicas que vão além do carisma ou da expertise técnica adquirida em outras áreas, que, ironicamente, são a especialidade dos profissionais da política.

Diante disso, persiste uma questão: a solução para a crise de confiança na política estaria na renovação constante de seus agentes ou na valorização de

profissionais experientes e comprometidos com princípios éticos. O desafio para as democracias contemporâneas é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de renovação e a importância da experiência, garantindo que a política continue sendo um instrumento legítimo de transformação social, e não apenas um palco para disputas de poder.

REFERÊNCIAS

- ALCÁNTARA, Manuel. A profissionalização da política. Tradução de Renata Oliveira Rufino. Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.
- ANDERSON, Christopher; TVERDOVA, Yuliya. Corruption, Political Allegiances, and Attitudes toward Government in Contemporary Democracies. *American Journal of Political Science*, v. 47, n. 1, p. 91-109, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3186095>. Acesso em: 20 maio 2024.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. São Paulo: Editora Forense-Universitária, 2007.
- ARENDT, Hannah. O que é política? Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.
- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2013.
- ARISTÓTELES. Política. Tradução de Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BAND. Doria: não sou político, eu continuo na política. In: BRASIL Urgente. [S. l.], 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/brasil-urgente/videos/doria-nao-sou-politico-eu-continuo-na-politica-16412888>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- BERLINER, Daniel. The political origins of transparency. *The Journal of Politics*, v. 76, n. 2, p. 479-491, 2014.
- BLIND, Peri. Building trust in government in the twenty-first century: Review of Literature and Emerging Issues. In: GLOBAL FORUM ON

- REINVENTING GOVERNMENT, 7., 2007, Viena, Áustria. Anais [...]. Viena, Áustria: Nações Unidas, 2007. Disponível em: <https://www.almendron.com/tribuna/wp-content/uploads/2016/11/building-trust-in-government-in-the-twenty-first-century.pdf>. Acesso em: 9 maio 2024.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução de Carmen C. Varrialle. 12. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.
- BONILLA, Juan La Cruz; CORNEJO, Paula Germaná. El outsider y las elecciones presidenciales em el Perú (2001, 2006 y 2011). Revista Elecciones, Lima, v. 14, n. 15, p. 57-83, jan./dez., 2015. Disponível em: <https://www.onpe.gob.pe/modEducacion/Publicaciones/1994-5272.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.
- CARRERAS, Miguel. Outsiders presidents, institutional performance, and governability in Latin America. 2014. 244 p. Dissertação (Doctor of Philosophy) – University of Pittsburgh, Filadélfia, 2014.
- CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

- EDELMAN. Edelman Trust Barometer 2023. Edelman Intelligence. Global report. Disponível em: <https://tinyurl.com/2aupvkjm>. Acesso em: 26 maio 2023.
- KING, Anthony. The rise of the career politician in Britain: and its consequences. *British Journal of Political Science*, v. 11, n. 3, p. 249-285, 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/193490>. Acesso em: 20 maio 2023.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, 1995.
- MCALLISTER, Ian. Leaders. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard; NORRIS, Pippa. (ed.). *Comparing democracies: elections and voting in global perspective*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1996.
- MCALLISTER, Ian. The personalization of politics. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (ed.). *Oxford handbook of political behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- MORRIS, Stephen; KLESNER, Joseph. Corruption and trust: theoretical considerations and evidence from Mexico. *Comparative Political Studies*, v. 43, n. 10, p. 1258-1285, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414010369072>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- NORRIS, Pippa. *A virtuous circle: political communications in postindustrial societies*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2000.
- ORREN, Gary. Fall from grace: the public's loss of faith in government. In: NYE, Joseph S.; ZELIKOW, Philip D.; KING, David C. (ed.). *Why people don't trust government*. Harvard University Press, 1997.
- PEW RESEARCH CENTER. Public trust in government: 1958-2024. Washington, D.C., 2023. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2023/09/19/public-trust-in-government-1958-2023>. Acesso em: 8 maio 2024.

- PHARR, Susan; PUTNAM, Robert. Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.
- SANTOS, Mateus da Cunha. A construção do ethos de “não-político” no discurso eleitoral de João Doria. 2020. 127 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.
- SANTOS, Mateus da Cunha; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Quando a inexperience é um trunfo: o fenômeno da ascensão de outsiders na política. *Revista Contracampo*, Niterói, RJ, v. 42, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/56899>. Acesso em: 15 maio. 2024.
- SCOTT, Joanna. Hannah Arendt, campaign pundit. *New York Times*, New York, 27 jun. 1996. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1996/07/27/opinion/hannah-arendt-campaign-pundit.html>. Acesso em: 9 maio. 2024.
- SODRÉ, Muniz. As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.
- THOMPSON, John B. A nova visibilidade. *Matrizes*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 15-38, abr. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1430/Resumenes/Abstract_143017353001_2.pdf. Acesso em: 9 maio 2024.
- TRUMP, Donald J. Address Accepting the Presidential Nomination at the Republican National Convention in Milwaukee, Wisconsin. In: THE AMERICAN Presidency Project. [S. l.], 18 jul. 2024. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-accepting-the-presidential-nomination-the-republican-national-convention-milwaukee>. Acesso em: 16 abr. 2025.
- USLANER, Eric M. Corruption, inequality, and the rule of law. New York: Cambridge University Press, 2008.
- USLANER, Eric M. The Oxford Handbook of Social and Political Trust. New York: Oxford University Press, 2018.

USLANER, Eric M. Trust and corruption revisited: how and why trust and corruption shape each other. Springer, v. 47, jun. 2012. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11135-012-9742-z>. Acesso em: 9 maio. 2024.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martin Claret, 2015.